

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	5
NOTA PRÉVIA	7
RESUMO	11
ABSTRACT	13
LISTA DE SIGLAS	15
INTRODUÇÃO	17
1. A PROVA POR RECONHECIMENTO	21
1.1. Finalidade e (des)necessidade da diligência de identificação	21
1.2. Fatores que comprometem a qualidade epistemológica do reconhecimento de pessoas	25
2. ENTRE A BIOMETRIA E A TECNOLOGIA	39
2.1. A biometria: breves notas acerca dos sistemas de identificação biométrica	39
2.1.1. O reconhecimento baseado em características comportamentais	41
(i) Reconhecimento através do modo de andar	41
(ii) Reconhecimento através da voz	42

2.1.2.	O reconhecimento baseado em características físicas	42
(i)	Impressões digitais	42
(ii)	Análise de ADN	43
(iii)	Medição da íris	44
(iv)	Medição da retina	44
(v)	Estrutura geométrica da mão	45
2.1.3.	Reconhecimento facial	45
2.2.	A tecnologia: algumas considerações em torno da inteligência artificial	52
2.2.1.	A introdução de ferramentas de inteligência artificial na esfera judicial	56
2.2.2.	Os esforços de regulamentação do uso de técnicas de inteligência artificial a nível europeu	58
2.2.3.	Os primeiros passos no sentido da regulamentação do uso de técnicas de inteligência artificial a nível nacional	74
3.	OS RECONHECIMENTOS FACIAIS AUTOMATIZADOS E O PROCESSO PENAL	75
3.1.	Fragilidade e riscos associados à utilização da tecnologia biométrica de reconhecimento facial	76
3.2.	A complexa relação entre o interesse da eficácia da repressão criminal e a proteção dos direitos e liberdades fundamentais	82
3.2.1.	Direito à imagem	87
3.2.2.	Direito à reserva da vida privada e à proteção de dados pessoais	91
3.2.3.	Direito à autodeterminação informacional	98
3.2.4.	Liberdades de expressão, reunião e manifestação	99
3.2.5.	Direito a um processo equitativo	101
3.2.6.	Privilégio contra a autoincriminação	103
3.3.	(In)admissibilidade da identificação facial algorítmica à luz das regras processuais penais	107
	OBSERVAÇÕES CONCLUSIVAS	115
	BIBLIOGRAFIA GERAL	121
	JURISPRUDÊNCIA CONSULTADA	133